



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Ministério do Planeamento e Finanças

Relatório de Riscos Fiscais

**Ano 2024**



## FICHA TÉCNICA

Título

Relatório de Riscos Fiscais – Ano 2024

Periodicidade

Anual

Propriedade

Ministério do Planeamento e Finanças  
República Democrática de São Tomé e Príncipe

Equipa Técnica:

Direção do Planeamento

-Abdul Barros

-Amilza Amaral

-Aquilza Rocha

-Catia Nazaré

-Cedney Almeida

Coordenação

Departamento de Políticas Macroeconómicas

Supervisão

Diretor – Helmute Barreto

Suporte Técnico:

- Ana Teresa Albuquerque

-Severin Skamgna

Equipa de Consultores

- Osvaldo Victorino João

- Jânio Ambrósio

Data de Finalização:

Janeiro de 2024

Referências para Citação:

Ministério do Planeamento e Finanças, *Relatório de Riscos Fiscais – Ano 2024*

© Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Todos os direitos reservados. Este relatório poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citada a referência e exclusiva autoria do Ministério do Planeamento e Finanças de São Tomé e Príncipe. É proibida a comercialização e tradução sem autorização prévia por escrito do Ministério do Planeamento e Finanças de São Tomé e Príncipe.

---



---

## ÍNDICE

### ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES 3

SIGLAS E ABREVIATURAS .....	5
SUMÁRIO EXECUTIVO .....	6
1. INTRODUÇÃO .....	7
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	8
3. RISCOS MACROECONÓMICOS .....	10
3.1. Risco relacionado ao Crescimento Económico .....	11
1.1. Riscos de inflação .....	12
3.1.1. Risco de Queda do Preço do Cacau e Óleo de Palma .....	13
3.1.2. Risco de Aumento do Preço do Petróleo .....	14
3.2. Riscos Cambiais.....	15
4. RISCOS FISCAIS ESPECÍFICOS.....	16
4.1. Situação orçamental.....	17
4.2. Risco de Desvio Orçamental.....	17
4.3. Risco do Financiamento do OGE.....	19
4.3.1. Risco relacionado à captação de imposto .....	20
4.3.2. Risco relacionado à incerteza dos Donativos.....	21
4.4. Riscos da Dívida Pública .....	22
4.4.1. Risco relacionado ao Custo de Financiamento .....	24
4.4.2. Risco de relacionado ao Refinanciamento .....	24
4.4.3. Risco de Incumprimento.....	26
5. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE .....	28
5.1. Cenário de base .....	28
5.2. Passivos Contingentes .....	29
5.3. Desastre natural .....	31
6. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA .....	32
7. MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS .....	35
ANEXO 1 – PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA E IMPACTO FISCAL DE RISCOS MACROECONÓMICOS .....	38
ANEXO 2 – PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA E IMPACTO FISCAL DOS RISCOS DA DÍVIDA PÚBLICA.....	38
ANEXO 3 – PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA E IMPACTO FISCAL DO RISCO DE OUTRAS ENTIDADES DE GOVERNO.....	39



---

ANEXO 5- PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA E IMPACTO FISCAL DE OUTROS RISCOS ESPECÍFICOS .....	39
ANEXO 6- PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA E IMPACTO FISCAL DE RISCOS INSTITUCIONAIS ..	40
ANEXO 7- PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA E IMPACTO FISCAL DE RISCOS A LONGO PRAZO ..	40

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

### ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de crescimento económico.....	10
Gráfico 2 - Exportações (em milhares de USD) .....	14
Gráfico 3 - Preço internacional do cacau e óleo de palma.....	15
Gráfico 4 - Preço do petróleo bruto (01 de janeiro de cada ano) em USD/barril.....	14
Gráfico 5 – Reservas Internacionais líquidas e taxa de câmbio .....	187
Gráfico 6 - Saldo orçamental (orçamentado e executado em milhares de dobras) .....	18
Gráfico 7 - Donativos: desvios entre valores do OGE e valores executados .....	19
Gráfico 8 - Receita efectiva orçamentada e executada (em milhares de dobras).....	20
Gráfico 9 - Estrutura de financiamento do orçamento em 2019 e 2023 .....	20
Gráfico 10 - Receitas fiscais orçamentadas e executadas (em milhares de dobras).....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Gráfico 11 - Donativos orçamentados e executados (em milhares de dobras) .....	22
Gráfico 12 - Stock da dívida pública (em % do PIB) .....	23

### ÍNDICE DE TABELAS e QUADROS

Tabela 1 – Crescimento económico mundial.....	9
Tabela 2 - Principais indicadores macroeconómicos.....	11
Tabela 3 - Desvio do PIB no OGE em relação aos valores estimados/realizados .....	12
Tabela 4 - Taxas de inflação (IPC, variação anual média e homóloga).....	13
Tabela 5 - Desvio da inflação no OGE em relação aos valores estimados/realizados .....	13
Tabela 6 - Quadro macro fiscal (em milhares de dobras) .....	17
Tabela 7 - Evolução dos indicadores de custos e riscos da dívida pública .....	24
Tabela 8 - Composição e evolução dos passivos contingentes de 2019 a 2022 (milhões USD) .....	277
Tabela 9 - Indicadores - cenário de base (valores em %) .....	289
Tabela 10 - Indicadores - cenário de choque dos passivos contingentes (valores em %).....	30
Tabela 11 - Indicadores - cenário de choque de um desastre natural (valores em %) .....	32
Tabela 12 - Indicadores de sustentabilidade da dívida pública.....	33
Tabela 13 - Limites da capacidade de suportar a carga da dívida para STP .....	34
Tabela 14 - Indicadores de sustentabilidade da dívida.....	34

Quadro 1 - Avaliação de riscos por lucratividade e liquidez de empresas - 2021 .....	30
Quadro 2 - Avaliação de riscos por solvência e classificação geral - 2021 .....	30
Quadro 3 - Resultados da análise da sustentabilidade da dívida pública.....	33



---

Quadro 4 - Matriz de risco.....36



---

## SIGLAS E ABREVIATURAS

BCSTP.....	Banco Central de São Tomé e Príncipe
DSA ou ASD.....	Análise da Sustentabilidade da Dívida Pública
EMAE.....	Empresa de Água e Electricidade
ENAPORT.....	Empresa Nacional de Administração de Portos
ENASA.....	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
ENCO.....	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
FMI ou IMF.....	Fundo Monetário Internacional
HIPC.....	<i>Heavily Indebted Poor Countries Initiative</i> (Países Pobres Altamente Endividados)
OGE.....	Orçamento Geral do Estado
OPEP.....	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIB.....	Produto Interno Bruto
PGE.....	Pública e Garantida pelo Estado
R.....	Rectificado
RIL.....	Reservas Internacionais Líquidas
RRF.....	Relatório de Riscos Fiscais
SO.....	Saldo Orçamental
STP.....	São Tomé e Príncipe
TOFE.....	Tabela das Operações das Finanças do Estado
UMF.....	Unidade Macro Fiscal
VA.....	Valor Actual



---

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Relatório de Riscos Fiscais (RRF) apresenta informação sobre as principais fontes de riscos fiscais para 2024, e as medidas recomendadas para os mitigar. Assim, apresenta-se os riscos macroeconómicos gerais, que resultam de choques nas variáveis macroeconómicas (crescimento económico, taxa de câmbio, taxa de inflação, entre outros) e os riscos específicos, que são provenientes de fontes específicas e normalmente surgem da materialização de passivos contingentes e de outros eventos incertos. Portanto, todos estes riscos quando materializados criam grandes desafios na programação e gestão das finanças públicas.



---

## 1. INTRODUÇÃO

Durante a elaboração do referido relatório foi feito um levantamento dos riscos fiscais que afectam São Tomé e Príncipe, bem como a probabilidade de ocorrência e impacto fiscal dos mesmos.

O presente relatório apresenta a seguinte estrutura:

**Sumário Executivo:** Resume o conteúdo do Relatório.

**Capítulo 1 – Introdução:** Apresenta o documento e os principais aspectos que definem o processo metodológico de criação do RRF.

**Capítulo 2 – Enquadramento Macroeconómico:** Avalia o contexto macroeconómico internacional e nacional.

**Capítulo 3 – Riscos Macroeconómicos:** Apresenta a análise dos riscos macroeconómicos gerais, nomeadamente, os do crescimento económico, variação da taxa de inflação e da taxa de câmbio.

**Capítulo 4 – Riscos Fiscais Específicos:** Analisa os riscos fiscais específicos, com enfoque para os riscos orçamentais, da dívida pública, dos passivos contingentes e dos desastres naturais

**Capítulo 5 – Riscos Fiscais Institucionais:** Aborda o desempenho do stock da Dívida Pública e a sua composição.

**Capítulo 6 – Análises de Sensibilidade:** Avalia o impacto de choques em algumas variáveis na situação financeira do Estado.

**Capítulo 7 – Medidas de Mitigação de Riscos:** Apresenta a proposta de medidas de mitigação dos riscos fiscais identificados no presente relatório.



## 2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### Economia Internacional

A economia mundial tem sido resiliente e continua a recuperar lentamente dos impactos da pandemia, da invasão da Rússia na Ucrânia e do aumento do custo de vida. Apesar das perturbações nos mercados de energia e alimentos causadas pela guerra, e do aperto sem precedentes das condições monetárias mundiais para combater a inflação elevada de décadas, segundo o “World Economic Outlook” atualizado de Janeiro, estima-se que a economia mundial cresceu de 3,1% em 2023, para o ano 2024 espera-se um crescimento igual.

A inflação está a cair mais rapidamente do que esperado na maioria das regiões, num contexto de resolução de questões do lado da oferta e de uma política monetária restritiva. Estima-se uma taxa de inflação de 6,8% em 2023 e para 2024 uma taxa de 5,8%.

TABELA 1: CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (%)

	2022	2023 Est.	2024 Proj.
<b>PIB Mundial</b>	<b>3,5</b>	<b>3,1</b>	<b>3,1</b>
<b>Economias Avançadas</b>	<b>2,6</b>	<b>1,6</b>	<b>1,5</b>
Estados Unidos	1,9	2,5	2,1
Área do Euro	3,4	0,5	0,9
<b>Economias Emergentes e em Desenvolvimento</b>	<b>4,1</b>	<b>4,1</b>	<b>4,1</b>
China	3,0	5,2	4,6
África Subsaariana	4,0	3,3	3,8
<b>Inflação Mundial</b>	<b>8,7</b>	<b>6,8</b>	<b>5,8</b>
<b>Economias Avançadas</b>	<b>7,3</b>	<b>4,6</b>	<b>2,6</b>
<b>Economias Emergentes e em Desenvolvimento</b>	<b>9,8</b>	<b>8,4</b>	<b>8,1</b>

Fonte: World Economic Outlook atualizado de Janeiro de 2024.

### Economia Nacional

O desempenho da economia são-tomense ao longo do ano de 2023 foi condicionado em larga medida pelo atraso na aprovação do Orçamento Geral do Estado e na obtenção do Programa de Facilidade de Crédito com o FMI, o qual é crucial para garantir o financiamento externo e que constitui uma das fontes de receita para realização do projecto de investimento e a composição das reservas internacionais líquidas do país, que impactou negativamente nas importações de bens de consumo e de capital, assim como no sector da Administração Pública.

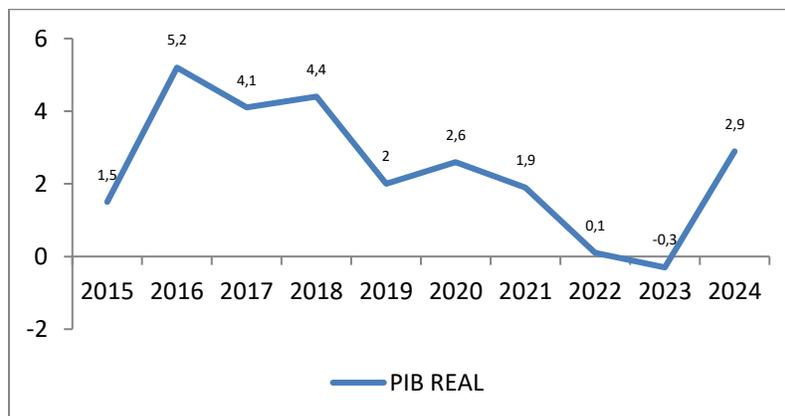


Estes Factos pesam significativamente no desempenho económico do país, sobretudo pela dificuldade de desempenho das políticas macroeconómicas e projetos de desenvolvimento. Desta feita, prevê-se uma desaceleração na atividade económica em 2023 (-0,3%) comparativamente ao crescimento de 0,1% em 2022, resultante sobretudo da contração de investimentos públicos, ajuda externa e da taxa de inflação homologa em dois dígitos.

No que concerne ao ano de 2024, espera-se uma recuperação do crescimento económico que deverá situar-se em torno de 2,9%, sustentado pelo aumento da produção e exportação do cacau, do óleo de palma, do chocolate, coadjuvado com a produção de Água Bom Sucesso e uma estabilização relativa na produção e distribuição de energia eléctrica e o aumento da capacidade de captação e distribuição de água pela EMAE.

No ano de 2023 a taxa de inflação acumulada calculada pela variação do Índice do Preço do Consumidor foi de 17%, representando um abrandamento de 8,2 p.p. em relação ao ano de 2022. Para o ano de 2024 espera-se uma taxa de inflação de 12,1%.

GRÁFICO 1: TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL



Fonte: INE e projecção da UMF.



### 3. RISCOS MACROECONÓMICOS

Os riscos macroeconómicos constituem os riscos associados ao comportamento das variáveis macroeconómicas de maior impacto ou com maior probabilidade de ocorrência. As variáveis macroeconómicas, sobretudo quando alteram subitamente o seu comportamento padrão, representam umas das principais fontes de risco para a economia em geral e em particular as finanças públicas.

Nos últimos 3 anos, a economia santomense tem registado um crescimento do PIB numa trajetória decrescente, condicionado pela fraca entrada de recursos externo para materialização dos investimentos públicos. O aumento dos preços das matérias-primas energéticas tem feito com que a inflação tem registado valores de dois dígitos, sendo em 2022 o ano com a inflação mais elevada (25,2%).

Na tabela seguinte espelhar-se a evolução dos principais indicadores macroeconómicos do País.

TABELA 2 - PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS

Descrição	2020	2021	2022 Est.	2023 proj.	2024 proj.	2025 proj.	2026 proj.
<i>Varição Percentual Anual</i>							
PIB Real	2.6	1.9	0.1	-0.3	2.9	4.1	3.2
Taxa de Inflação (fim-de-período)	9.4	9.5	25.2	17	12.1	6.5	5
<i>% PIB</i>							
Saldo Orçamental Primário	-4.2	-5.1	-5.5	-1.9	0	1	2
Balança Corrente	-11.7	-20.2	-15.4	-18	-13.1	-12.0	-10.6
Dívida Pública	83.1	73.9	69.7	92.4	88.2	82.4	82.4

Fonte: BCSTP/Direção do Orçamento/UMF (OGE2024), FMI (dados da dívida projetada em % do PIB).



---

### **3.1. Risco relacionado ao Crescimento Económico**

O risco ao crescimento económico pode ser definido como aqueles relacionados com erros de previsões e desvios nas estimativas dos parâmetros macroeconómicos (crescimento do PIB, inflação, taxa de juro, taxas de câmbio) e variáveis orçamentais, como receitas e despesas, ativo e passivo, e rácios em relação ao PIB.

As previsões orçamentais para o médio prazo dependem em larga medida da conjuntura económica e das incertezas a nível global, associadas à capacidade da economia de absorver os impactos dos choques que afetam a economia, o que tornam qualquer exercício de projeção particularmente difícil, sendo São Tomé e Príncipe um país vulnerável aos choques externos.

A diminuição da taxa de crescimento económico espelha o enfraquecimento dos sectores de atividade do país, o que condiciona a arrecadação das receitas fiscais e a execução das despesas, traduzindo-se em desvios orçamentais, e com implicações no aumento da dívida pública.

Portanto, engloba o risco associado a uma possível diminuição produção dos principais produtos de exportação (cacau e óleo de palma) e dos serviços prestados, como os relacionados com o turismo e hotelaria.

As primeiras projeções do PIB no OGE tiveram um desvio muito elevado, gerado pela falta de informações atempadas e muitas vezes incompletas e também pela falta de um modelo projeção mais próximo da realidade do país.

O fortalecimento da Unidade Macro Fiscal (UMF) permitiu a melhoria do modelo de projeções, o que proporcionou uma projeção mais próxima da realidade com um desvio de 0,28 e 1,93 na projeção realizada para OGE 2022.



TABELA 3 – DESVIO DO PIB NO OGE EM RELAÇÃO AOS VALORES ESTIMADOS/REALIZADOS

	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Desvio do PIB no OGE 2017</b>	0.79	2.46	-	-	-
<b>Desvio do PIB no OGE 2018</b>	0.44	2.46	-	-	-
<b>Desvio do PIB no OGE 2019</b>	-	1.76	7.68	-	-
<b>Desvio do PIB no OGE 2020</b>	-	0.48	0.97	-	-
<b>Desvio do PIB no OGE 2021</b>	-	-	5.96	2.19	-
<b>Desvio do PIB no OGE 2022</b>	-	-	-	0.28	1.93
<b>Desvio padrão médio</b>	0.62	1.79	4.87	2.19	1.93
<b>Desvio UMF</b>		6.1	0.07	0.59	-

FONTE: CÁLCULO DO AUTOR- DP / MPFEA

### 3.2. Riscos de inflação

O ambiente inflacionário global atual é uma fonte de risco que merece maior atenção por parte das autoridades responsáveis em termos de coordenação da política fiscal e monetária para conter a inflação.

No ano de 2022 o nível de inflação esteve acima do esperado, contudo, no ano de 2023 houve uma ligeira melhoria da inflação devido resultado do impacto das medidas que vêm sendo tomadas como, diminuição de taxa alfandegária (redução dos preços das mercadorias de importação no mercado internacional) nos produtos da cesta básica e não só. As perspectivas a curto e médios prazos apontam para uma certa estabilidade do nível de preços.

TABELA 4 - TAXAS DE INFLAÇÃO (IPC, VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL E HOMÓLOGA)

	2019	2020	2021	2022	2023
IPC Geral	127,9	140,6	152,1	179,5	217,4
Taxa de variação média anual (%)	7,72	9,87	8,17	18,02	21,1
Taxa de variação homóloga (%)	7,72	9,36	9,54	25,2	17,0

Fonte: INE.



A pressão inflacionista registada no país é um dos motivos do desvio padrão elevado verificado nas projeções do OGE 2022 como mostra a tabela 5, o que representa um grande risco para a economia santomense, impactando de imediato as despesas dos bens e serviços, bem como o serviço da dívida nos empréstimos (onde a taxa de juro seja indexada ao nível de inflação).

TABELA 5- DESVIO DA INFLAÇÃO NO OGE EM RELAÇÃO AOS VALORES ESTIMADOS/REALIZADOS

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Desvio da inflação no OGE 2018</b>	2.83	1.91	-	-	-	-
<b>Desvio da inflação no OGE 2019</b>	-	1.56	-	-	-	-
<b>Desvio da inflação no OGE 2020</b>	-	0.78	0.99	-	-	-
<b>Desvio da inflação no OGE 2021</b>	-	-	0.99	1.06	-	-
<b>Desvio da inflação no OGE 2022</b>	-	-	1.13	11.81	6.83	-
<b>Desvio da inflação no OGE 2023</b>	-	-	-	-	-	4.67
<b>Desvio padrão médio</b>	2.83	1.42	0.99	1.06	11.81	4.67
<b>Desvio UMF</b>	-	-	0.28	0.49	0.67	4.17

FONTE: CÁLCULO DO AUTOR- DP / MPFEA.

### 3.2.1. Risco de Queda do Preço do Cacau e Óleo de Palma

Em São Tomé e Príncipe, o cacau é o principal produto tradicional de exportação, sendo a sua qualidade organoléptica reconhecida no mercado internacional. No ano 2012 à 2022 o cacau representou em média cerca de 90,0% de exportação em valor e 71,7% na quantidade dos produtos exportado.

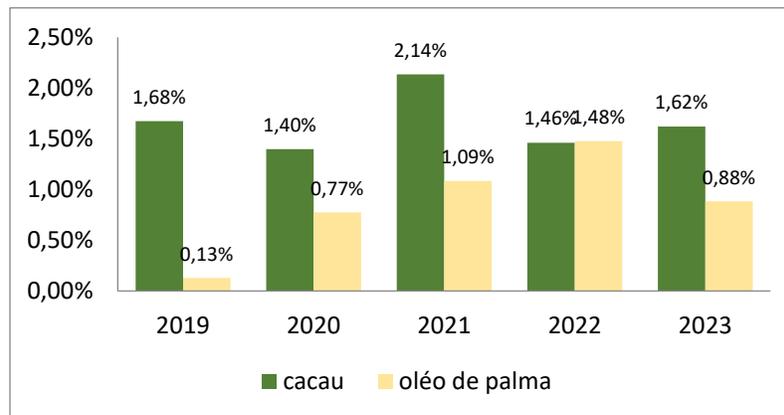
No entanto, existem riscos associados à produção deste bem, que podem comprometer as projeções dos indicadores macroeconómicos, tais como:

- Período de seca e o abate indiscriminado das árvores de sombra e danificação dos cacauzeiros existente. O cultivo do cacau é altamente dependente das condições climáticas, o cacauzeiro está naturalmente adaptado a se desenvolver em regiões húmidas e condições específicas de solo;
- Alteração do preço do cacau no mercado internacional e má gestão dos cacauzeiros existentes leva à baixa produtividade, e a quebra da safra causada pelas pragas e doenças



No gráfico abaixo pode-se verificar que houve uma diminuição da produção nos anos de 2019 e 2020, devido a má gestão dos cacauzeiros existentes e a quebra de safra no período, com recuperação nos anos seguintes.

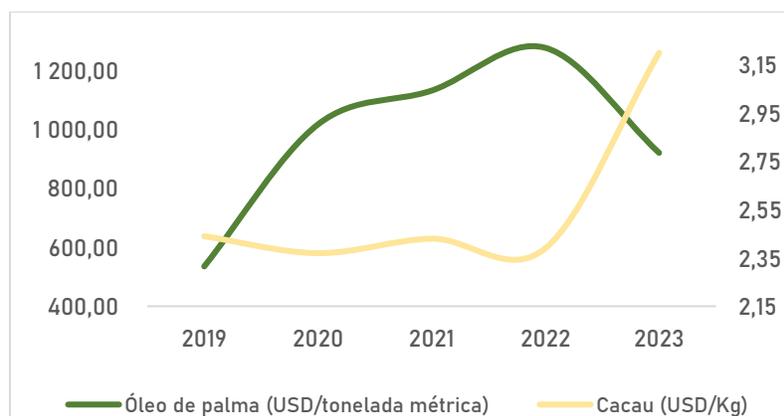
GRÁFICO 2 - EXPORTAÇÕES (EM % DO PIB)



Fonte: INE.

Em 2022, o valor de exportação do óleo de palma superou ligeiramente o de cacau tendo gerado 1,48% do PIB, contra 1,46% do PIB. As alterações nos preços destes dois produtos nos mercados internacionais têm um impacto significativo no valor das exportações e das receitas em moeda estrangeira.

GRÁFICO 3 - PREÇO INTERNACIONAL DO CACAU E ÓLEO DE PALMA



Fonte: World Bank Commodities Price Data (the Pink Sheet) December 4, 2023

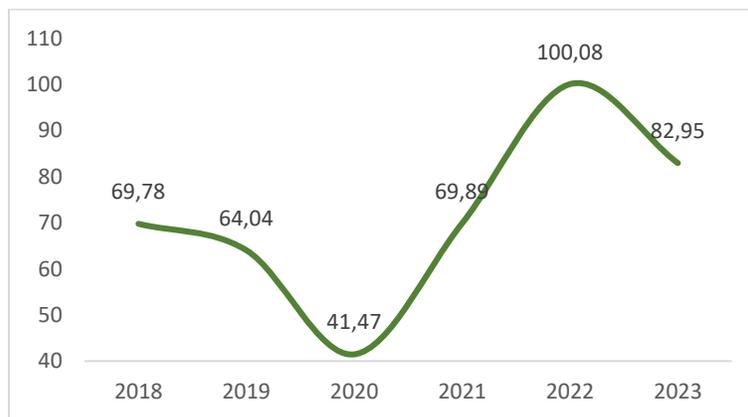
### 3.2.2. Risco de Aumento do Preço do Petróleo



O petróleo é essencial para o suporte e dinamização da atividade económica e qualidade de vida. São Tomé e Príncipe importa a totalidade dos combustíveis consumidos, portanto, a subida dos preços internacionais dos combustíveis leva ao aumento das pressões sobre a Balança de Pagamentos, com impacto indireto sobre as contas orçamentais, por meio do aumento da inflação.

O petróleo tem sido transacionado em alta, suportado pela interrupção da produção dos países membros da OPEP e seus aliados, instabilidade social e sanções impostas a alguns países produtores, como o Irão e a Rússia.

**GRÁFICO 4 - PREÇO DO PETRÓLEO BRUTO (01 DE JANEIRO DE CADA ANO) EM USD/BARRIL**



Fonte: [https://www.opec.org/opec\\_web/en/data\\_graphs/40.htm](https://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/40.htm)

Os efeitos inflacionários gerados pelo aumento do preço dos combustíveis afetam o nível geral dos preços em São Tomé e Príncipe e por via do encarecimento da energia utilizada para a produção interna e dos produtos importados.

### 3.3. Riscos Cambiais

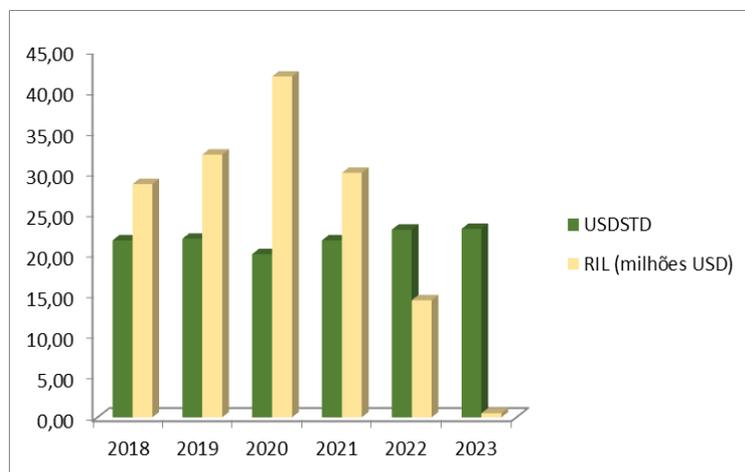


A taxa de câmbio é uma das principais variáveis no processo de elaboração orçamental, tal que, a sua alteração pode implicar algumas modificações nas linhas de despesas em moeda estrangeira. Especificamente, no processo orçamental, uma taxa de câmbio otimista pode subestimar as necessidades de financiamento e alterar a estrutura dos custos com o serviço da dívida externa, e dos stocks da dívida externas, comprometendo a sustentabilidade fiscal. Portanto, deve se dar uma maior atenção a fonte de risco no momento de elaboração do orçamento, e principalmente da dívida pública, uma vez que, mais de 90% está representada em moeda externa.

As reservas internacionais líquidas (RIL) mantêm-se em patamares reduzidos devido a uma maior dependência do financiamento baseado no apoio dos principais parceiros, associado a uma diminuição a longo prazo nos orçamentos de ajuda ao desenvolvimento provenientes desses mesmos parceiros.

A demora no estabelecimento do programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem conduzido a escassez de financiamento, a qual tem impactado na execução do Orçamento Geral do Estado bem como no nível das Reservas Internacionais Líquidas.

GRÁFICO 5 - RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS E TAXAS DE CÂMBIO



Fonte: BCSTP.

#### 4. RISCOS FISCAIS ESPECÍFICOS

Os riscos fiscais específicos constituem os riscos associados à performance do sector público, com principal foco na administração central.



Neste capítulo são analisadas a performance do saldo orçamental e os riscos associados ao desvio orçamental, financiamento do orçamento, dívida pública, passivos contingentes e catástrofes naturais.

#### 4.1. Situação orçamental

O saldo orçamental teve a sua evolução condicionada pela fraca arrecadação das receitas, a diminuição dos desembolsos para financiamento de OGE.

TABELA 6 - QUADRO MACRO FISCAL (EM MILHARES DE DOBRAS)

Designação	2022	2023	2024 proj.
	estimativa		
Receitas efectivas	3 231	3 802	4 035
• Receitas fiscais	1 348	1 706	2 336
• Receitas não fiscais	399	348	387
• Donativos	1 484	1 748	1 311
Saldo primário	-710	-279	0
Despesas efectivas	3 3810	3 858	4 052
Saldo global (base caixa)	-261	400	90

Fonte: TOFE, OGE- 2024.

#### 4.2. Risco de Desvio Orçamental

O risco de desvio orçamental representa a probabilidade de desvio entre os valores orçamentados e executados, para as receitas e despesas, bem como o efeito para o saldo orçamental.

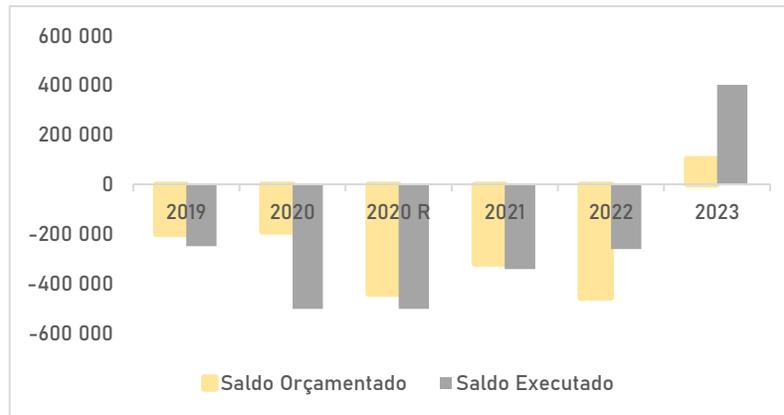
A execução das despesas públicas é, por norma, condicionada pela disponibilidade de recursos para financiá-las. A execução das receitas públicas é, por sua vez, condicionada pela performance da economia, e pela capacidade de mobilização de recursos externos nos mercados internacionais.

Ao longo dos anos tem-se verificado um saldo orçamental deficitário, contudo em 2023 estima-se um superavit (400 milhões de dobras), e projeta-se um saldo global de 0,5% do PIB em 2024<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Projeção do OGE 2024



GRÁFICO 1 - SALDO ORÇAMENTAL (ORÇAMENTADO E EXECUTADO EM MILHARES DE DOBRAS)

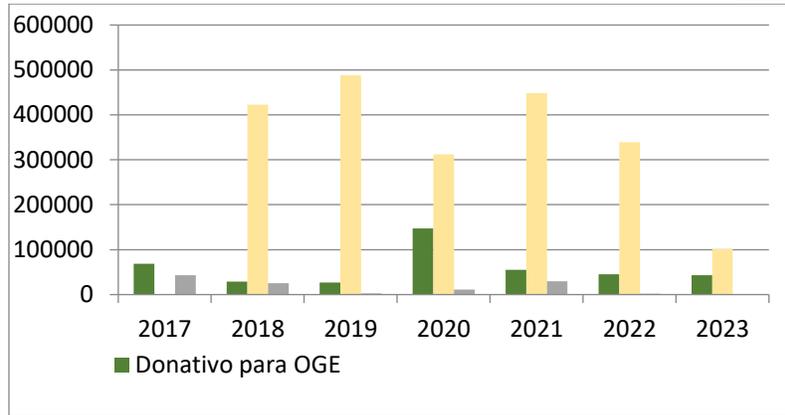


Fonte: Tabela de operações Financeiras do Estado (TOFE) do OGE – 2024.

Os desvios orçamentais têm impacto social e efeito na distribuição dos recursos, e são um dos principais fatores de riscos fiscais.

A execução orçamental dos donativos é item de receita que mais sofre desvios em relação aos valores do OGE. A falta de previsibilidade dessa importante fonte de recurso orçamental exige a tomada de decisões sobre fontes alternativas de financiamento, em particular para financiar as despesas correntes, de forma a evitar o acúmulo dos atrasados que possam comprometer os orçamentos seguintes.

GRÁFICO 2 - DONATIVOS: DESVIOS ENTRE VALORES DO OGE E VALORES EXECUTADOS



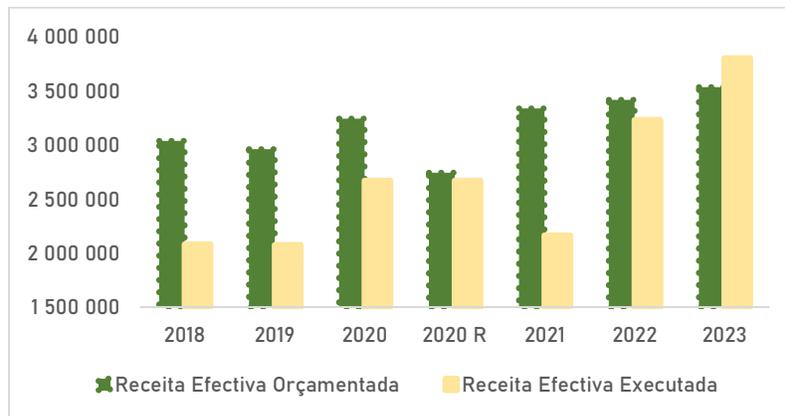
Fonte: Tabela de operações Financeiras do Estado (TOFE), cálculo do autor.

### 4.3. Risco do Financiamento do OGE

As despesas orçamentadas necessitam de suporte financeiro para assegurar a sua execução, devem, portanto, ser definidas de acordo com a capacidade do Governo de financiá-las.

De 2018 a 2022, as receitas efetivas programadas foram superiores das executadas, entretanto, em 2023 houve um cenário diferente dos outros anos, pois estima-se um montante superior do programado.

GRÁFICO 3 - RECEITA EFECTIVA ORÇAMENTADA E EXECUTADA (EM MILHARES DE DOBRAS)



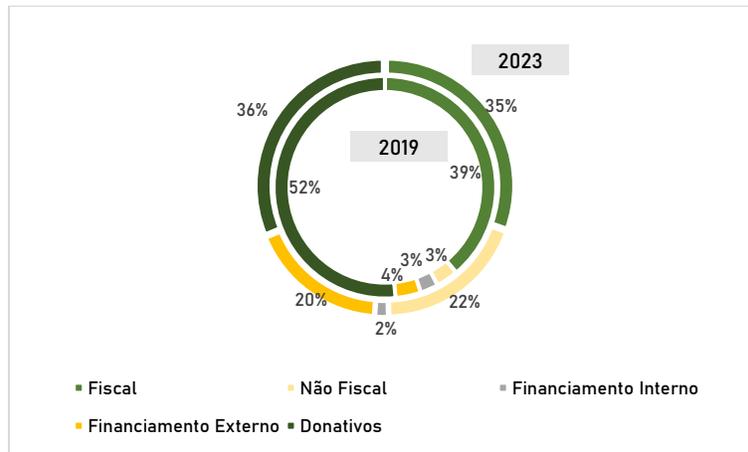
Fonte: TOFE do OGE de 2024.

O risco relacionado ao financiamento do orçamento condiciona a execução do orçamento geral de estado (OGE).



As principais fontes de financiamento do Governo são as receitas fiscais e não fiscais, donativos, e financiamento interno e externo.

**GRÁFICO 4 - ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO EM 2019 E 2023**



Fonte: Tabela de operações Financeiras do Estado (TOFE) do OGE de 2018 e 2023.

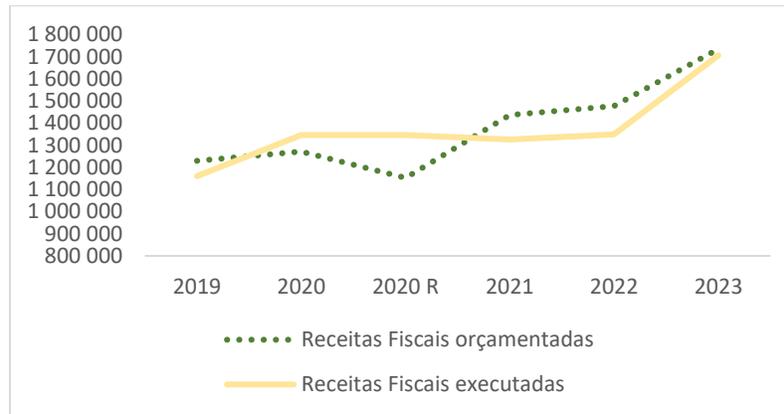
Por vezes, ocorre um desvio significativo entre as receitas orçamentadas e executadas, o que pode ser causado por fatores diversos, como a dificuldade para obter financiamento, diminuição dos impostos captados e das doações obtidas.

#### 4.3.1. Risco relacionado à captação de imposto

O risco relacionado com a captação de imposto resulta de uma errada projeção das receitas ou de uma fraca execução das receitas fiscais.

As receitas fiscais representam cerca de 54% das receitas totais, segundo o OGE 2023, apesar de ser essencial que se verifique um aumento do seu peso, é um percentual relevante que espelha a necessidade de avaliar o risco associado.

As receitas fiscais têm estado abaixo do programado com exceção do ano 2020, contudo, é de realçar que no ano 2023 a execução das receitas fiscais ficou mais próxima do programado, o que indica uma melhoria na projeção das receitas.

**GRÁFICO 10 - RECEITAS FISCAIS ORÇAMENTADAS E EXECUTADAS (EM MILHARES DE DOBRAS)**

Fonte: TOFE do OGE, 2024.

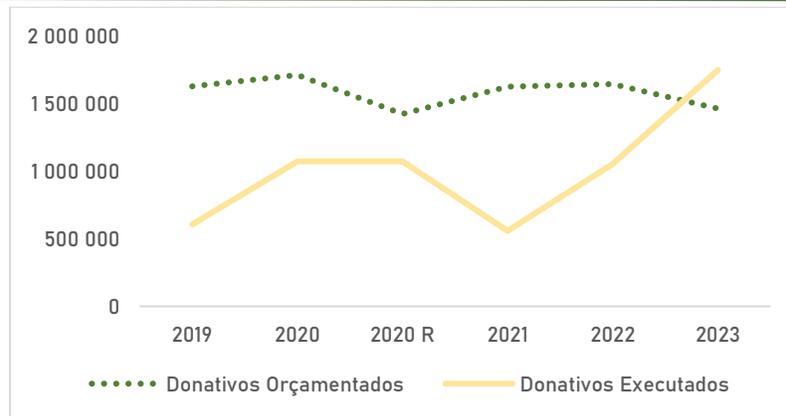
#### 4.3.2. Risco relacionado à incerteza dos Donativos

O risco relacionado à incerteza da ajuda externa espelha a probabilidade derivada de dificuldade de captação de recursos por via de doações, muitas vezes devido ao contexto económico internacional que por vezes é marcado por conflitos, instabilidades dos mercados internacionais, pandemia e desastres naturais.

A doação tem um peso elevado entre as fontes de receitas para o financiamento do orçamento, sendo que em 2023 chegou a atingir cerca de 35% da receita total orçamentada.

O gráfico evidencia um enorme desvio entre a programação e a execução em quase todos os anos, com maior destaque em 2021, entretanto estima-se que em 2023 a execução seja superior a programação.

**GRÁFICO 5 - DONATIVOS ORÇAMENTADOS E EXECUTADOS (EM MILHARES DE DOBRAS)**



Fonte: TOFE,

#### 4.4. Riscos da Dívida Pública

Neste capítulo são analisados todos os efeitos negativos atuais e potenciais relacionados à dívida pública, com destaque para os fatores que podem afetar a sua sustentabilidade.

A análise qualitativa da dívida pública apontou como o risco de maior probabilidade de ocorrência o risco de refinanciamento, notadamente por conta de serviços de dívida não pagos aos credores internacionais.

A dívida pública do país é alta, o que faz dos fatores de risco associados a ela dos mais relevantes. O crescimento do endividamento interno nos últimos anos está associado, fundamentalmente, ao financiamento do défice orçamental.

A dívida do sector público em São Tomé e Príncipe é composta por dívidas do Governo Central (DGC) com a maior percentagem, e Passivos Contingentes (PC). A Dívida do Governo Central (DGC) é composta por Dívida Externa (DE) com maior percentagem e Dívida Interna (DI).

O nível de endividamento público em São Tomé e Príncipe, faz o país estar exposto ao risco de refinanciamento que acrescido de introdução de novos instrumentos de financiamento com o desenvolvimento e dinamização do mercado financeiro interno,

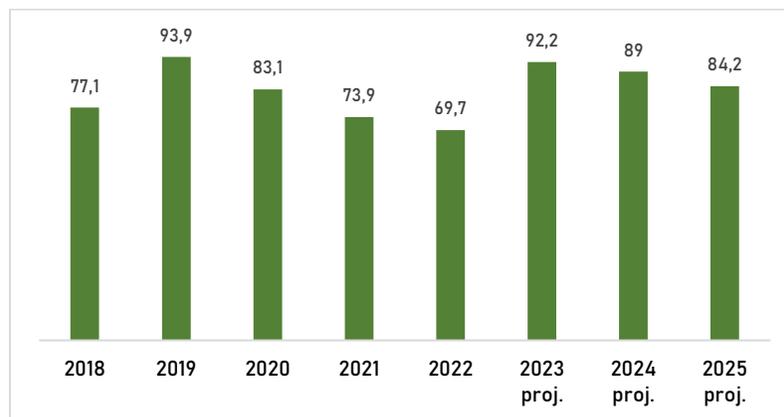
aumentando assim o risco de sobre-endividamento, como cita o relatório anual de gestão e seguimento da dívida pública em 2022.



O risco cambial e o de refinanciamento da dívida pública ainda continuam elevados em 2022, embora houvesse uma minimização no risco da taxa de juro, pois 90,0% da dívida são-tomense são de taxa de juros fixas.

Em 2022, a dívida do governo central registou 69,7% do PIB (ver gráfico 12), percentagem inferior ao registado nos anos anteriores. A dívida do sector público em 2022 foi avaliada em 573 milhões de dólares, montante superior aos 551.7 milhões apurados em 2021, condicionado pelo aumento gradual dos passivos contingentes.

GRÁFICO 6 - STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA (EM % DO PIB)



Fonte: Gabinete da Dívida Pública, cálculo do autor; Country Report n°22/306 de setembro 2022, FMI.

A política de contenção de endividamento público, com a priorização dos donativos e dívidas de taxas de juros altamente concessional, tem sido as medidas do Governo de São Tomé e Príncipe. O acesso às novas contratações continua difícil sobretudo com os credores bilaterais facto que deveria contribuir para a redução do stock da dívida pública.

O recurso ao financiamento interno como uma das fontes de financiamento do défice público e a reclassificação do stock em termos da sua composição também contribuiu para o aumento da dívida do sector público e a dívida do Governo Central.

A dívida em moeda estrangeira em finais de 2022 como demonstra a tabela 7, corresponde a 85,7% do total da carteira (percentagem superior a registada em 2021), cujo reembolso dos serviços vincendas revela uma pressão sobre a reserva externa do país em 16,4%, porque o dólar é a moeda dominante da nossa carteira, o que torna o país vulnerável as oscilações de taxa de câmbio podendo



---

aumentar os custos orçamentais em moeda local. Consequentemente o risco da taxa de câmbio aumenta com maior nível da dívida externa.

#### 4.4.1. Risco relacionado ao Custo de Financiamento

O risco derivado do comportamento da taxa de juro contribui significativamente para o aumento do custo de financiamento da dívida pública.

A política monetária em São Tomé e Príncipe e a dimensão do mercado financeiro doméstico determinam o custo e influenciam as condições de financiamento do mercado doméstico. A despesa pública com o pagamento de juros no mercado doméstico mantém-se abaixo de 1% do PIB.

Portanto, é a dívida externa que mais motiva preocupação, pela sua dimensão e características. A dívida externa, além de exposta à taxa de juro, está exposta à taxa de câmbio.

Em finais de 2022 segundo os dados da Dívida Pública o stock da dívida pública do governo central atingiu um montante de 376.6 milhões de dólares. Com uma dívida externa avaliada em 278.2 milhões de dólares, representando 68,4% do stock da dívida do Governo central.

A dívida externa torna-se superior se for adicionada a parcela da dívida externa das empresas públicas (passivos contingentes), sendo que o total de passivos contingentes que compõem a dívida do sector público em 2022 foram avaliados em USD 196,4 milhões.

A carteira da dívida do país é na sua maioria provenientes de fontes multilaterais daí o baixo custo da dívida, apesar do lançamento dos títulos do Tesouro em 31 de dezembro de 2022 a taxa de juros média ponderada atingiu 2,25%.

#### 4.4.2. Risco de relacionado ao Refinanciamento



Este representa o risco de o País não conseguir renegociar os termos dos contratos de dívida, como a redução das taxas de juro, extensão da maturidade ou suspensão dos serviços da dívida.

Esta incerteza está relacionada com a confiança dos credores na capacidade do Governo em honrar os compromissos assumidos, e o nível de degradação dos indicadores de sustentabilidade da dívida.

O pagamento dos Bilhetes de tesouro é de curta duração (1 ano), e o tempo médio de refinanciamento da dívida externa tem aumentado o que aumenta o risco de refinanciamento. Em 2022 segundo a tabela abaixo esse tempo médio é superior ao do ano de 2021, o que indica que o custo tem grande probabilidade de aumentar devido a curta maturidade do pagamento dos BTs.

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE CUSTOS E RISCOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Indicadores de Custos e Riscos	2020			2021			2022			2021/2022	
	Total	Externa	Interna	Total	Externa	Interna	Total	Externa	Interna	%	Variação
<b>STOCK DA DÍVIDA DO SECTOR PÚBLICO em Musd:</b>	<b>544.4</b>			<b>551.7</b>			<b>573.0</b>				
<b>Stock da dívida do Governo Central</b>											
Incluindo atrasados (milhões USD)	<b>403,0</b>	297,9	105,1	<b>390,1</b>	298,8	91,3	<b>376,6</b>	278,2	98,4	<b>96,5 %</b>	-3,5%
Excluindo atrasados externos (milhões USD)	<b>236,5</b>	196,9	39,6	<b>258,7</b>	231,1	27,5	<b>186,6</b>	149,9	36,7	72,1%	-27,9%
<b>Dívida em Valor Actual</b>											
Incluindo atrasados (milhões USD)	<b>667,0</b>	667,0	0,0	<b>425,0</b>	424,9	0,00	<b>408,4</b>	408,40	0,00	<b>96,1 %</b>	-3,9%
Excluindo atrasados externos (milhões USD)	<b>404,0</b>	404,0	0,0	<b>360,2</b>	360,21	0,00	<b>350,5</b>	350,53	0,00	<b>97,3 %</b>	-2,7%
<b>Serviço da Dívida (milhões USD)</b>											
Capital	<b>60,5</b>	4,4	56,0	<b>47,3</b>	6,7	40,6	<b>41,9</b>	8,0	33,9	<b>88,7 %</b>	-11,3%
Juros	<b>58,2</b>	3,2	55,0	<b>44,8</b>	4,9	39,9	<b>37,9</b>	5,5	32,4	<b>84,6 %</b>	-
	<b>2,3</b>	1,2	1,0	<b>2,5</b>	1,8	0,7	<b>4,1</b>	2,6	1,5	<b>163,8 %</b>	63,8%
<b>Receitas correntes</b>	<b>77,6</b>			<b>88,5</b>	0,0	0,0	<b>70,0</b>	0,0	0,0	<b>79,1 %</b>	-20,9%
<b>Reservas</b>	<b>41,8</b>	41,8		<b>58,9</b>	0,0	0,0	<b>49,1</b>	0,0	0,0	<b>83,3 %</b>	-16,7%
<b>PIB</b>	Em milhões USD	<b>472,9</b>		<b>545,7</b>	0,00	0,00	<b>549,18</b>	0,00	0,00	<b>100,6 %</b>	0,6%
	Em milhões STD	<b>9603,9</b>		<b>11133,5</b>	0,00	0,00	<b>12729,4</b>	0,00	0,00	<b>114,3 %</b>	14,3%
	Taxa de crescimento (%)	<b>3,1%</b>		2,10			0,93%			0,4%	-99,6%
<b>Stock da Dívida do Sector Público em % do PIB</b>				<b>101,1 %</b>			<b>104,3 %</b>				



<b>Stock da Dívida em % do PIB</b>		<b>85,2</b> %	63,0 %	22,2%			15,8 %	<b>68,6%</b>	50,7 %	17,9 %	<b>100,7</b> %	0,7%
<b>Stock da Dívida excl. atrasados em % do PIB</b>		<b>50,0</b> %	41,6 %	8,4%			5,0%	<b>34,0%</b>	27,3 %	6,7%	<b>71,7</b> %	-28,3%
<b>Valor Actual da Dívida em % do PIB</b>		<b>141,0</b> %	141,0 %	0,0%			0,0%	<b>74,4%</b>	0,0%	0,0%	<b>95,5</b> %	-4,5%
<b>Valor Actual da Dívida excl. atrasados em % do PIB</b>		<b>85,4</b> %	85,4 %									
<b>Custo da Dívida</b>	Pagamento de juros em % do PIB	<b>0,5%</b>	0,3%	0,2%			0,1%	<b>0,7%</b>	0,5%	0,3%	<b>162,8</b> %	62,8%
	Taxa de juro média ponderada %	<b>1,2%</b>						2,0%	2,0%		91,5%	-8,5%
<b>Risco de Financiamento</b>	Tempo médio de refinanciamento da dívida externa (anos)	<b>6,1</b>						<b>14,9</b>	14,9		<b>176,1</b> %	76,1%
	Dívida a vencer em um ano (em % do total)	<b>12,2</b> %						<b>10,5%</b>	10,5 %		<b>59,5</b> %	-40,5%
	Dívida a vencer em um ano (em % do PIB)	<b>6,9%</b>						<b>8,8%</b>	1,0%	7,8%	<b>79,1</b> %	-20,9%
<b>Risco de Taxa de juros</b>	Tempo médio de alteração da taxa de juros (anos)	<b>5,7</b>						<b>14,9</b>	14,9		<b>174,5</b> %	74,5%
	Dívidas que alteram a taxa de juros em um ano (% do total)	<b>15,9</b> %						<b>9,8%</b>	9,8%		<b>55,5</b> %	-44,5%
	Dívidas a taxa de juros fixa (% do total)	<b>84,6</b> %						<b>90,2%</b>	90,2 %		<b>154,5</b> %	54,5%
<b>Risco d taxa de câmbio</b>	Dívida em moeda estrangeira (% do total)	<b>65,1</b> %						<b>85,7%</b>	85,7 %		<b>114,5</b> %	14,5%
	Dívida externa a vencer no curto prazo (% das reservas)	<b>8,4%</b>						<b>16,4%</b>	16,4 %		<b>102,8</b> %	2,8%
	Pagamento de juros em % das receitas correntes	<b>2,9%</b>						<b>5,8%</b>	3,7%	2,2%	<b>207,2</b> %	107,2 %
<b>Taxa de Câmbio</b>		<b>20,308</b>			<b>20,4</b>			<b>23,18</b>				

Fonte: Relatório Anual da Dívida Pública 2022.

#### 4.4.3. Risco de Incumprimento



O risco de incumprimento refere-se à probabilidade do país não ser capaz de honrar com os serviços da dívida no curto ou longo prazo, como o derivado dos passivos contingentes, que podem resultar da necessidade de capitalização, das dívidas com garantia do Governo e sem garantia, ou outra despesa similar proveniente das instituições públicas.

Os dados até setembro de 2023 indicam que os Passivos Contingentes registaram um montante de 271.2 milhões de dólares, sendo a dívida reconhecida pelas dívidas das empresas estatais garantidas de 4.2 milhões de dólares, a dívida não reconhecida pelas dívidas das empresas estatais não garantidas de 212.7 milhões de dólares, e a dívida bilateral garantida de 54.3 milhões de dólares. A qualidade da informação disponível sobre os passivos contingentes condiciona a leitura exacta da dimensão deste segmento e faz do risco dos passivos contingentes um dos mais relevantes e prováveis de se materializar.

TABELA 8 - COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES DE 2019 A 2023 (MILHÕES USD).

Periodos	2019	2020	2021	2022	Até Set. 2023	Sem atrasados	Atrasado s
<b>Passivos Contingentes (E+F)</b>	<b>113,1</b>	<b>141,4</b>	<b>161,6</b>	<b>196,4</b>	<b>271,2</b>	<b>4,2</b>	<b>267,0</b>
<i>% do Total (DSP)</i>	<i>22,6%</i>	<i>26,0%</i>	<i>28,3%</i>	<i>34,3%</i>	<i>46,0%</i>	<i>1,6%</i>	<i>82,4%</i>
<b>E. Dívida Externa Bilateral Garantida</b>	-	-	-	-	54,3	0	54,3
ITALIA	-	-	-	-	24,3	0,00	24,3
NIGERIA	-	-	-	-	30,0	0,00	30,0
<b>. Total das Estatais (SOE)</b>	<b>113,1</b>	<b>141,4</b>	<b>161,6</b>	<b>196,4</b>	<b>216,9</b>	<b>4,2</b>	<b>212,7</b>
Dívida das Empresas Estatais Garantidas	10,4	7,7	6,1	4,8	4,2	4,2	0,0
<i>% dos Passivos Contingentes</i>	<i>9,20%</i>	<i>5,40%</i>	<i>3,2%</i>	<i>2,5%</i>	<i>1,6%</i>	<i>100,0%</i>	<i>0,0%</i>
SMF - Carta de Conforto	3,1	1,6	0,7	0,1	0,0	0,0	0,0
ENAPORT - Carta de Conforto	2,1	2	1,8	1,6	1,5	1,5	0,0
EMAE - Carta de Conforto	3,1	2,1	1,7	1,4	1,0	1,0	0,0
AGER - Carta de Conforto	2,2	2	1,9	1,8	1,7	1,7	0,0
Dívida das Empresas Estatais Não-Garantidas	102,7	133,7	155,5	191,6	212,7	0,0	212,7
<i>% dos Passivos Contingentes</i>	<i>90,8%</i>	<i>94,6%</i>	<i>96,2%</i>	<i>97,5%</i>	<i>78,4%</i>	<i>0,0%</i>	<i>79,7%</i>
EMAE/ENCO	99,5	120,1	142,8	178,3	200,9	0,0	200,9
EMAE/HIDROEQUADOR	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	0,0	3,2
ESTADO/ENCO/SONANGOL		10,4	9,5	10,0	8,6	0,0	8,6
<b>F. Outras Empresas Garantidas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<i>% dos Passivos Contingentes</i>	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da dívida pública.

## 4.6 Riscos Ambientais e de Catástrofes Naturais



Os fenómenos ambientais não podem ser negligenciados no país, dada a sua estrutura geográfica e económica, muito assente em agricultura e pesca.

No final de 2021 ocorreu em São Tomé as chuvas torrenciais e cheias, sendo que, constituiu um forte desafio para a atividade económica, com destaque para a agricultura e a pesca e um elevado risco orçamental. A catástrofe natural demonstrou que o país está mal preparado para dar resposta a estes fenómenos que além de baixas humanas também têm um forte impacto económico e social, sobretudo para o segmento social mais desfavorecido.

O impacto da materialização deste risco é avaliado no “capítulo 5 - Análise de Sensibilidade”.

## **5. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE**

Este capítulo tem o objetivo de avaliar o impacto dos choques de algumas das variáveis para as finanças públicas, como resultado do teste de estresse.

O teste de estresse foi realizado pelo FMI e Banco Mundial, sendo que neste RRF se dá destaque aos resultados dos testes de estresse que tiveram como base um choque dos passivos contingentes e desastres naturais para a dívida pública.

### **5.1. Cenário de base**

O cenário de base – cenário inicial em que as variáveis não são estressadas - aponta para uma tendência de relativa estabilidade nos próximos anos, inclusive com o valor atual (VA) do rácio da dívida pública/PIB a assumir uma tendência de diminuição, apesar de se manter acima do limiar, conforme a tabela abaixo.

**TABELA 9 - INDICADORES - CENÁRIO DE BASE (VALORES EM %)**



Indicadores/Rácios	2021	2022	2023	2024	2025	Limiar de sustentabilidade
VA do Rácio da Dívida Externa PGE/PIB	24,9	27,0	26,7	25,0	23,3	30
VA do Rácio da Dívida Externa PGE/Exportações	158,5	140,2	109,6	105,0	95,8	140
Rácio do Serviço da Dívida Externa/Exportações	3,0	7,9	7,5	9,3	9,4	10
Rácio do Serviço da Dívida Externa/Receitas Públicas	2,6	8,2	9,3	10,3	10,2	14
Valor Actual do Rácio da Dívida Pública/PIB	73,2	74	72,8	69,1	63,7	35
Valor Actual do Rácio da Dívida Pública/Receitas Públicas	264,4	204	257,2	231,8	210	-
Rácio do Serviço da Dívida/Receitas Públicas	38,8	73,3	95,2	94,4	90,1	-

Fonte: Country Report n°22/306 de setembro 2022, FMI.

\***Legenda:** Os valores a **vermelho** representam sinais de alerta porque o indicador supera o limiar recomendável de sustentabilidade

## 5.2. Passivos Contingentes

O teste aos passivos contingentes adiciona ao cenário de base a dívida de USD 30 milhões devida a Nigéria, em que o seu reembolso está condicionado às receitas de petróleo, em que o Governo atribui probabilidade baixa ou nula de ocorrência no curto prazo.

O teste também incluiu a multa estimada em USD 12,4 milhões (2,4% do PIB) imposta pelo Tribunal Permanente de Arbitragem após a decisão sobre a apreensão de um navio maltês em 2013 pelo país.

Finalmente, para o choque extremo dos passivos contingentes se assumiu uma dívida externa e atrasados da ENCO a Sonangol estimada em USD 226 milhões em 2021, o equivalente a 43,6% do PIB em 2021.

Seguem-se os resultados do teste de estresse, segundo o relatório do FMI, em que se pode notar a deterioração generalizada dos principais indicadores de sustentabilidade da dívida de São Tomé e Príncipe.

**TABELA 10 - INDICADORES - CENÁRIO DE CHOQUE DOS PASSIVOS CONTINGENTES  
(VALORES EM %)**



	2021	2022	2023	2024	2025	Limiar de sustentabilidade
VA do Rácio da Dívida Externa PGE/PIB	25	43	48	47	45	30
VA do Rácio da Dívida Externa PGE/Exportações	158	225	196	197	184	140
Rácio do Serviço da Dívida Externa/Exportações	3	8	9	11	11	10
Rácio do Serviço da Dívida Externa/Receitas Públicas	3	8	11	12	12	14
Valor Actual do Rácio da Dívida Pública/PIB	73	112	103	95	88	35
Valor Actual do Rácio da Dívida Pública/Receitas Públicas	264	309	363	320	291	-
Rácio do Serviço da Dívida/Receitas Públicas	39	73	176	125	103	-

Fonte: Country Report nº22/306 de setembro 2022, FMI.

\*Legenda: Os valores a vermelho representam sinais de alerta porque o indicador supera o limiar recomendável de sustentabilidade

A avaliação qualitativa revelou que do risco associado a outras entidades de Governo, o risco às empresas públicas e com participação do Estado é o mais elevado, com alta probabilidade de ocorrência e alto impacto orçamental.

A tabela a seguir apresenta os principais rácios analisados pela Direção de Tesouro concernente aos riscos associados ao sector público empresarial, de Rentabilidade (Lucratividade), Liquidez e Solvência em 2021, com base na ferramenta SOE-HCT do FMI.

**QUADRO 1 - AVALIAÇÃO DE RISCOS POR LUCRATIVIDADE E LIQUIDEZ DE EMPRESAS - 2021**

Empresa	Lucratividade			Liquidez			
	Retorno sobre activos	Retorno sobre o Património	Recuperação de Custos	Relação Actual	Proporção Rápida	Dias de rotatividade do devedor	Dias de rotatividade do credor
ENCO	Categoria 4	Categoria 4	Categoria 3	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5
EMAE	Categoria 4	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	
ENASA	Categoria 4	Categoria 4	Categoria 5	Categoria 4		Categoria 5	Categoria 1
CST	Categoria 4	Categoria 4	Categoria 3	Categoria 4	Categoria 3	Categoria 3	Categoria 1
ENAPORT	Categoria 4	Categoria 5	Categoria 4	Categoria 5	Categoria 4	Categoria 5	Categoria 2
STP-A	Categoria 4	Categoria 4	Categoria 4	Categoria 4		Categoria 4	Categoria 2
CORREIOS	Categoria 3	Categoria 5	Categoria 3	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	

Fonte: SOE-HCT, FMI.

**QUADRO 2 - AVALIAÇÃO DE RISCOS POR SOLVÊNCIA E CLASSIFICAÇÃO GERAL - 2021**

Empresa	Solvência	
---------	-----------	--



	Dívida sobre Activos	Dívida em capital	Dívida sobre EBITDA	Cobertura de juros	Cobertura de juros em dinheiro	Cobertura de dívida	Classificação geral de risco
ENCO	Categoria 4	Categoria 5	Categoria 5				Categoria 5
EMAE	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5
ENASA	Categoria 4	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 4
CST	Categoria 1	Categoria 1	Categoria 1	Categoria 1	Categoria 1		Categoria 2
ENAPORT	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 4
STP-A	Categoria 4	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 4
CORREIOS	Categoria 5	Categoria 5	Categoria 5				Categoria 5

Fonte: SOE-HCT, FMI.

Nota: categorias 1 a 5, sendo 5 de maior risco.

### 5.3. Desastre natural

Segundo o relatório da 5ª revisão do programa de financiamento do FMI, o país é vulnerável a desastres naturais influenciados por fatores climáticos. As inundações frequentemente afetam o país, como resultado de fortes chuvas e tempestades, que podem causar erosão do solo e deslizamentos de terra, e aumentam o risco de doenças transmitidas pela água bem como a diminuição da produção agrícola.

A possível intensificação destas tragédias naturais, à luz das mudanças climáticas, conjugados com o impacto socioeconómico da pandemia de COVID-19, representa um dos principais riscos concernente a execução de políticas públicas de redução da pobreza. Para ilustrarmos melhor, em termos numéricos, sobre as catástrofes naturais pode-se observar que desde o ano de 2008 até os últimos dias de 2021 foram registados mais de dez (10) eventos de cheias, treze (13) tempestades fortes, quatro (4) invasão do mar (22) deslizamento de terra e um (1) sismo na Região Autónoma do Príncipe. Porém, nada que se comparem as ocorrências dos últimos dias de 2021.

Para os riscos com desastres naturais, constata-se que a intensidade e magnitude dos choques climáticos tem estado a incrementar não só os custos fiscais, mas também outros custos com impactos económicos e sociais significativos.

O teste de estresse personalizado assume um choque de desastre natural único de 10% do PIB em relação à dívida externa pública e garantida pelo Estado no segundo ano do período de projeção,



que agrega um choque da taxa de crescimento real do PIB em 1,5% e do crescimento das exportações em 3,5% do PIB.

TABELA 11 - INDICADORES - CENÁRIO DE CHOQUE DE UM DESASTRE NATURAL (VALORES EM %)

Indicadores / Rácios	2021	2022	2023	2024	2025	Limiar de sustentabilidade
VA do Rácio da Dívida Externa PGE/PIB	25	30	31	29	28	30
VA do Rácio da Dívida Externa PGE/Exportações	158	160	129	125	116	140
Rácio do Serviço da Dívida Externa/Exportações	3	8	8	10	10	10
Rácio do Serviço da Dívida Externa/Receitas Públicas	3	8	10	11	11	14
Valor Actual do Rácio da Dívida Pública/PIB	73	80	78	74	69	35
Valor Actual do Rácio da Dívida Pública/Receitas Públicas	264	220	275	248	226	-
Rácio do Serviço da Dívida/Receitas Públicas	39	74	110	101	94	-

Fonte: Country Report n°22/306 de setembro 2022, FMI.

\***Legenda:** Os valores a **vermelho** representam sinais de alerta porque o indicador supera o limiar recomendável de sustentabilidade

## 6. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

Uma das principais finalidades da dívida pública é de financiar o défice público, bem como propiciar instrumentos adequados a realização da política monetária. A sustentabilidade da dívida pública define as capacidades do país em cumprir as suas obrigações relativamente ao reembolso do serviço da dívida sem acumular os atrasados e ou requerer ao alívio da mesma.

Quando se analisa os indicadores da dívida pública e a sua relação com os principais indicadores macroeconómicos, cujo objetivo é de avaliar o nível de sustentabilidade da dívida pública existente, constata-se que os rácios de sustentabilidade da dívida de São Tomé e Príncipe se situam num nível acima do padrão recomendado (ver tabela 10).

Portanto, a situação da dívida atual em comparação com os padrões médios internacionais no quadro das boas práticas na gestão da dívida pública demonstra vulnerabilidade. Conclui-se igualmente que os indicadores da dívida se encontram extremamente degradados, apontando-se para o alto risco de sobre-endividamento e de insustentabilidade.

TABELA 12 - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA



INDICADORES	Limite padrão conforme boas práticas			Caso S.Tomé e Príncipe								CÁLCULO SEGUNDO O STOCK		CÁLCULO SEGUNDO O VALOR PRESENTE			
	FRACO	MÉDIO	FORTE	CÁLCULO SEGUNDO O STOCK				CÁLCULO SEGUNDO O VALOR PRESENTE				2021	E A X T A	2022	E A X T A		
				Calculado segundo o STOCK	2021	Excl. atrasados	2022	Excl. atrasados	Calculo segundo Valor Presente	2021	Excl. atrasados					2022	Excl. atrasados
Calculado segundo o VALOR PRESENTE				Calculado segundo o STOCK	2021	Excl. atrasados	2022	Excl. atrasados	Calculo segundo Valor Presente	2021	Excl. atrasados	2022	Excl. atrasados	2021	E A X T A	2022	E A X T A
<b>RÁCIO DESUSTENTABILIDADEEM%</b>																	
VA DIV/PIB	30,0%	40,0%	50,0%	STOCKDSP/PIB	101,1%	42,3%	104,3%	34,9%	VA DIV/PIB	77,9%	66,0%	74,4%	63,8%	103,2%	82,4%	95,5%	96,7%
VA DIV./EXP.	100,0%	150,0%	200,0%	STOCK DGC/PIB	71,5%	41,2%	68,6%	34,0%									
SERV. DIV/EXP	15,0%	20,0%	25,0%	STOCKDSP/EXP	2928,0%	1225,2%	3422,2%	1143,5%	VA DIV/EXP	2255,5%	1911,7%	2439,2%	2093,4%	116,9%	93,3%	108,1%	109,5%
VA, DIV/RO	200,0%	250,0%	300,0%	STOCK DGC/EXP	2070,3%	1192,8%	2249,1%	1114,6%									
SERV. DIV/R. Cor.	25,0%	30,0%	35,0%	STOCK DSP/RO	623,3%	260,8%	818,8%	273,6%	VA DIV/RO	480,1%	406,9%	583,6%	500,8%	131,4%	104,9%	121,5%	123,1%
				STOCK DGC/RO	440,7%	253,9%	538,1%	266,7%									
				SD/ EXP	250,8%		293,2%							116,9%			
				SERVIÇO / RO	53,4%		70,2%							131,4%			
				SD EXT/RESERVA	7,3%		16,3%										
<b>INDICADORES DA DÍVIDA PÚBLICA em MUSD</b>																	
				STOCK DSP	551,7	230,9	573,0	191,5						103,9%			
				STOCK DGC	390,1	224,8	376,6	186,6									
				VALOR PRESENTE	425,0		408,4							96,1%			
				excl. atrasados		360,2	350,5										
<b>INDICADORES MACROECONÓMICOS em MUSD</b>																	
				SERV. DA DÍV.	47,3		49,1							103,9%			
				SERV.DIV EXT	4		8,0										
				PIB	545,8		549,2							100,6%			
				EXPORTAÇÃO	18,8		16,7							88,9%			
				RECEITAS COR.	88,5		70,0							79,1%			
				RESERVAS	58,9		49,1										

Fonte: Relatório anual da dívida pública 2022

A análise do DSA do FMI *Extended Credit Facility* (5ª revisão) não cobriu as dívidas não garantidas de importantes empresas públicas, como a EMAE, a ENAPORT, ENASA e os Correios, e os resultados concluem que:

QUADRO 3 - RESULTADOS DA ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA

Descrição	Conclusão
Risco de sobreendividamento externo	em dificuldades de dívida
Risco geral de sobreendividamento	em dificuldades de dívida
na avaliação de risco	sustentável

Fonte: Granularidade Country Report nº22/306 de setembro 2022, FMI.



O indicador composto para a classificação da capacidade de carga da dívida de São Tomé e Príncipe situou-se em 2,675, abaixo do cut-off de 2,69 que leva o País a ser considerado de fraca capacidade para suportar a carga de dívida.

Os limiares ou nível máximo recomendável dos indicadores de dívida para os países com fraca capacidade de suportar a carga da dívida são apresentados na tabela abaixo.

**TABELA 13 - LIMITES DA CAPACIDADE DE SUPORTAR A CARGA DA DÍVIDA PARA STP**

Classificação do País	Valor Presente da Dívida Externa (em % do)		Serviço da Dívida Externa (em % das)		Valor Presente da Dívida Pública Total (em % do)
	PIB	Exportações	Exportações	Receitas	PIB
Fraco	30	140	10	14	35

Fonte: Country Report n°22/306 de setembro 2022, FMI.

O stock da dívida pública de STP supera significativamente o teto de 35% do PIB.

A tabela abaixo demonstra que, em 2023, os demais indicadores da dívida estão ajustados ao limiar recomendado para assegurar a sustentabilidade dívida pública, salientando que os indicadores não incluem as dívidas das empresas públicas não garantidas, o que deterioraria os valores apresentados.

**TABELA 14 - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA**

Indicadores / Rácios	2021	2022	2023	Limiar
Valor Presente da Dívida Pública Externa Garantida (% PIB)	24,9	27	26,7	30
Valor Presente da Dívida Pública Externa Garantida (% exportações)	158,5	140,2	109,6	140
Serviço da Dívida Pública Externa Garantida (% exportações)	3	7,9	7,5	10
Serviço da Dívida Pública Externa Garantida (% receitas)	2,6	8,2	9,3	14

Fonte: Country Report n°22/306 de setembro 2022, FMI.

\*Legenda: Os valores a vermelho representam sinais de alerta porque o indicador supera o limiar recomendável de sustentabilidade



O FMI e o Banco Mundial consideram o país sobre endividado na análise ao risco de sobre-endividamento externo e geral.

O DSA destacou a importância de se dar sequência às reformas fiscais e manutenção de políticas fortes para garantir a sustentabilidade da dívida.

Os testes de estresse indicaram que a dívida do país é especialmente vulnerável a choques nas exportações e passivos contingentes, tendo sido reconhecido que existe uma elevada probabilidade de materialização dos passivos contingentes, embora o tempo e o impacto permaneçam incertos.

Para mitigar os riscos fiscais o país necessita de continuar com as políticas que incluem aprofundar e priorizar as reformas da Empresa de Água e Eletricidade (EMAE), continuar a consolidação fiscal e a mobilização de receitas, evitando empréstimos não concessionais, melhorando o ambiente de negócios para atrair fluxos não-dívida, fortalecer as políticas macroeconómicas e promover o crescimento.

Neste contexto, o país deve realizar esforços para financiar os grandes projetos com meios não geradores de dívida, inclusive por meio de doações.

Além disso, a contratação de novos empréstimos concessionais e desembolsos da dívida externa precisam ser cuidadosamente planeados para equilibrar a dívida e mantê-la sustentável, ao mesmo tempo em que se atende às principais necessidades de investimento do país.

## **7. MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS**

As medidas de mitigação de risco abordadas no capítulo final referem-se às reformas económicas e das finanças públicas em curso, como a diversificação económica, eficiência fiscal, melhoria da qualidade das despesas, promoção de melhor gestão das empresas públicas, melhor controlo e gestão dos passivos contingentes, sustentabilidade financeira da segurança social.

As medidas de mitigação de risco são descritas na matriz de risco abaixo.



**QUADRO 4 - MATRIZ DE RISCO**

Tipo de Risco	Probabilidade	Variáveis Fiscais Impactadas	Consequências	Medidas de Mitigação
Menor Crescimento da Economia	Média	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Receitas Fiscais</li> </ul>	<p>O menor nível de expansão da economia traduz-se em menor nível de actividade económica e arrecadação de impostos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reduzir isenções fiscais</li> <li>▪ Aumento da base tributária e implementação de imposto mais eficientes;</li> <li>▪ Aumentar a produção de produtos de exportação.</li> </ul>
Diminuição das Exportações	Baixa	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Receitas Fiscais em Moeda Externa;</li> <li>▪ Reservas Internacionais</li> </ul>	<p>Uma queda nas quantidades e preços dos principais produtos de exportação condicionarão as receitas em moedas estrangeira e a capacidade de o País pagar as importações e serviços de dívida.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diversificação económica;</li> <li>▪ Aumentar a produção de produtos de exportação</li> <li>▪ Importação regular de insumos agro-pecuário</li> </ul>
Aumento dos Preços dos Combustíveis	Alta	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Passivos Contingentes;</li> <li>▪ Subsídios aos Combustíveis;</li> <li>▪ Stock da Dívida Pública.</li> </ul>	<p>Resulta em um esforço financeiro maior da empresa de energia (EMAE), já em dificuldades, aumento das despesas públicas com subsídios aos combustíveis, aumento dos custos de produção de energia eléctrica e para as empresas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Exploração de formas alternativas de geração de energia eléctrica, como a solar ou a hidroeléctrica, reduzindo a necessidade de combustíveis;</li> <li>▪ Adopção de medidas para a melhoria da gestão das empresas públicas</li> </ul>
Aumento da Pressão sobre a Taxa de Câmbio e Reservas Internacionais	Baixa	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reservas Internacionais</li> </ul>	<p>As reservas internacionais do País são reduzidas e sujeita a grande pressão, o que pode tornar difícil o cumprimento de responsabilidades no exterior. A taxa de câmbio do Euro é fixa, portanto, não contribui para a redução da pressão sobre as reservas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Proceder a revisão da estratégia de captação de novos financiamentos, melhorar os instrumentos existentes, identificar e operacionalizar novas fontes de financiamento, tanto pela via bilateral como multilateral;</li> <li>▪ Propor a revisão do ACE. O acordo vigente beneficia pouco o país em situações de crises como da actual crise;</li> <li>▪ Criar incentivos que promovam a bancarização das remessas dos emigrantes cuja tendência tem sido crescente, mas de forma informal;</li> <li>▪ Proibição de pagamentos com moedas estrangeiras no território nacional (melhorar a norma existente, em linha com a nova Lei Cambial) – esta medida visa formalizar o mercado de divisas, redireccionando os fluxos realizados neste mercado para o sector bancário e instituições autorizadas.</li> <li>▪ Proibição, salvo situações expressamente definidas por regulamento do BCSTP, da realização de contratos em moedas estrangeiras;</li> <li>▪ Proceder ao maior controlo de saída de notas no aeroporto, minimizando a fuga de capitais em moeda estrangeira.</li> </ul>



Desvio Orçamental	Média	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Receitas Públicas;</li> <li>▪ Despesas Públicas</li> </ul>	<p>A estrutura de financiamento do orçamento caracterizado por baixo peso das receitas fiscais e elevado peso das doações torna-o muito vulnerável e mais propenso a desvios, o que impacta a execução das despesas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reduzir gradualmente o peso das doações para o orçamento, privilegiando fontes mais estáveis e previsíveis de financiamento;</li> <li>▪ Consolidação do processo da implementação do IVA, introduzido em Junho de 2023</li> </ul>
Incapacidade de Financiamento do OGE	Alta	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Despesas Públicas;</li> <li>▪ Dívida Pública;</li> </ul>	<p>O OGE depende muito de doações e empréstimos como forma de financiamento, o que condiciona a execução da despesa pública, sobretudo o investimento público e os bens e serviços, com potencial impacto para a dívida pública.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Adotar medidas que ajudem a reforçar as receitas fiscais, como a adopção de impostos mais eficientes;</li> </ul>
Insustentabilidade da Dívida Pública	Média	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Receitas Públicas;</li> <li>▪ Despesas Públicas</li> </ul>	<p>Além do impacto de tesouraria também geraria um efeito reputacional negativo que pode afectar a capacidade de o Governo recorrer ao financiamento externo e interno, baixar o nível das despesas, bem como alterar as prioridades a nível da despesa pública.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhorar a qualidade da informação e controlo dos passivos contingentes e dívida pública;</li> <li>▪ Adotar um plano rigoroso de redução da dívida;</li> <li>▪ Aumentar a eficiência na arrecadação de impostos e captação de recursos por endividamento</li> </ul>
Materialização dos Passivos Contingentes	Alta	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Despesas Públicas;</li> </ul>	<p>A materialização dos passivos contingentes pode exigir um esforço significativo da Administração central para cobrir as despesas financeiras associadas à perda.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhorar a qualidade da informação e controlo dos passivos contingentes e dívida pública;</li> <li>▪ Adopção de medidas para a melhoria da gestão das empresas públicas;</li> <li>▪ Eliminação dos subsídios aos combustíveis e implementação de um mecanismo do preço dos combustíveis;</li> </ul>
Riscos Ambientais e de Catástrofes Naturais	Média	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Receitas Fiscais;</li> <li>▪ Despesas Públicas</li> </ul>	<p>Condicionará as receitas fiscais, sobretudo as provenientes das actividades relacionadas à agricultura e pesca, exigiriam um esforço financeiro maior do Governo e ajuda externa para a cobertura das perdas, protecção social e recuperação das infra-estruturas danificadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Adopção de um plano inclusivo de preservação ambiental;</li> <li>▪ Criação de um fundo para fazer face às catástrofes naturais.</li> </ul>

Fonte: Elaboração do autor

**ANEXOS****ANEXO 1 – PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA E IMPACTO FISCAL DE RISCOS MACROECONÓMICOS**

Identificação de risco		Descrição do risco	Probabilidade de ocorrência	Avaliação do potencial impacto orçamental
			(baixo-médio-alto*)	
1.1.	Risco ao crescimento econômico	Risco de não atingir a taxa de crescimento da economia como projetado no OGE; definição de um cenário pessimista	Médio	Alto
1.2.	Riscos de queda do preço do cacau	Não realização de volumes de produção e de exportação para países europeus conforme projeto OGE; definição de um cenário pessimista	Baixo	Direto: baixo; Indireto
1.3.	Riscos de aumento preço petróleo	Níveis de preços acima do projeto OGE, maior déficit da balança comercial e de perda de reservas internacionais; definição de um cenário pessimista	Alto	Alto

Fonte: Unidade Macro Fiscal

- Probabilidade de ocorrência (calculada sobre a duração do TCC): baixa: <10%; Média < 10% <40%; alta: >40%.
- Impacto orçamental (calculado ao longo da duração da TCC e como % do orçamento): baixo <5%; Média de 5% < <20%; alta: >20%.

**ANEXO 2 – PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA E IMPACTO FISCAL DOS RISCOS DA DÍVIDA PÚBLICA**

Identificação de risco		Descrição do risco	Probabilidade de ocorrência	Avaliação do potencial impacto orçamental
			(baixo-médio-alto*)	
2.1.	Risco relacionado a mudanças nas taxas de juros variáveis	Risco de mudança significativa nos níveis de taxas de juros variáveis sobre a dívida pública como projetado (dívida interna)	Baixo	Baixo
2.2.	Risco cambial	Risco de flutuações significativas da taxa de câmbio que poderiam levar a custos de serviço mais altos para a dívida denominada em moeda estrangeira	Médio	Alto
2.3.	Riscos de refinanciamento	Risco de aumento do custo do empréstimo a ser mobilizado para pagar a dívida vencida ou risco de incapacidade do Estado de refinarciamentar sua dívida.	Alto	Alto

Fonte: Unidade Macro Fiscal



### ANEXO 3 – PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA E IMPACTO FISCAL DO RISCO DE OUTRAS ENTIDADES DE GOVERNO

Identificação de risco		Descrição do risco	Probabilidade de ocorrência	Avaliação do potencial impacto orçamental
			(baixo-médio-alto*)	
3.1.	<i>Risco do governo local (câmaras distritais/RAP)</i>	<i>Risco de orçamento adicional de transferências para os governos locais</i>	Baixo	Baixo
3.2.	<i>Riscos relacionados ao setor público empresarial</i>	<i>Não atingir o nível de receitas fiscais e dividendos orçados; risco de necessidades adicionais de subsídios para empresas públicas; risco de acionar garantias explícitas ou implícitas sobre passivos corporativos; risco de acumulação de atrasos</i>	Alto	Alto

Fonte: Unidade Macro Fiscal

### ANEXO 4- PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA E IMPACTO FISCAL DE RISCOS RELACIONADOS AO SECTOR FINANCEIRO

Identificação de risco		Descrição do risco	Probabilidade de ocorrência	Avaliação do potencial impacto orçamental
			(baixo-médio-alto*)	
4.1.	<i>Risco bancário</i>	<i>Risco de intervenção do Estado para a recuperação financeira de possíveis bancos em dificuldade ou em processo de liquidação</i>	Médio	Médio

Fonte: Unidade Macro Fiscal

### ANEXO 5- PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA E IMPACTO FISCAL DE OUTROS RISCOS ESPECÍFICOS

Identificação de risco		Descrição do risco	Probabilidade de ocorrência	Avaliação do potencial impacto orçamental
			(baixo-médio-alto*)	
5.1.	<i>Riscos à saúde</i>	<i>Risco de surtos que podem levar a intervenção financeira do Estado</i>	Médio	Alto
5.2.	<i>Riscos relacionados a desastres naturais</i>	<i>Risco de intervenção financeira do Estado em caso de manifestação de desastres naturais</i>	Médio	Alto

Fonte: Unidade Macro Fiscal



## ANEXO 6- PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA E IMPACTO FISCAL DE RISCOS INSTITUCIONAIS

Identificação de risco		Descrição do risco	Probabilidade de ocorrência	Avaliação do potencial impacto orçamental
			(baixo-médio-alto*)	
6.1.	<i>Risco para a credibilidade do orçamento</i>	<i>Risco de superestimação das receitas, subestimação das despesas ou não implementação de medidas de política fiscal decididas pelo Governo</i>	Medio	Alto
6.2.	<i>Risco relacionado à incerteza da ajuda externa</i>	<i>Risco de baixo nível de transferência de donativos e concessão de empréstimos de Parceiros Técnicos e Financeiros, conforme previsto no OGE</i>	Alto	Alto

Fonte: Unidade Macro Fiscal

## ANEXO 7- PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA E IMPACTO FISCAL DE RISCOS A LONGO PRAZO

Identificação de risco		Descrição do risco	Probabilidade de ocorrência	Avaliação do potencial impacto orçamental
			(baixo-médio-alto*)	
7.1.	<i>Riscos relacionados ao regime de pensão para servidores públicos</i>	<i>Mecanismos de intervenção do Estado para o pagamento de pensões de servidores públicos aposentados do Estado</i>	Baixo	Baixo
7.2.	<i>Riscos relacionados ao regime de pensão para trabalhadores do sector privado</i>	<i>Mecanismos de intervenção do Estado para o pagamento de pensões de trabalhadores aposentados do sector privado</i>	Alto	Médio/alto
7.3.	<i>Riscos relacionados às mudanças climáticas</i>	<i>Riscos de longo prazo associados ao aumento da frequência de desastres naturais relacionados ao clima (projeções a 20 anos)</i>	Alto	Alto

Fonte: Unidade Macro Fiscal